

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de fevereiro de 2023 às 08h05
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Zambelli é condenada a pagar indenização por uso irregular de imagem de Boulos 3
ROGÉRIO GENTILE

BOL - Notícias | BR

Pirataria

Anvisa faz alerta sobre medicamentos falsificados para botox 4

Agência Brasil | BR

Marco regulatório | INPI

Prefeitura do Rio tem interesse em adquirir prédio do Edifício A Noite 5

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

04 de fevereiro de 2023 | Direitos Autorais

Compositores recebem R\$ 1,2 bilhão de direitos autorais, 35% a mais do que no ano anterior . . . 6
ANCELMO GOIS

Zambelli é condenada a pagar indenização por uso irregular de imagem de Boulos

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) foi condenada pela Justiça paulista a pagar uma indenização de R\$ 8.900 pelo uso indevido de uma fotografia de Guilherme Boulos (PSOL).

Em 2021, Zambelli publicou críticas a Boulos em suas redes sociais e anexou uma imagem feita pelo fotógrafo Peter Leone.

A deputada, no entanto, não pagou pelo uso da imagem e sequer tinha autorização do fotógrafo para utilizá-la.

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) - Karime Xavier - 18.jan.23/Folhapress

"Em nenhum momento, o autor [do processo] autorizou tal uso, nem mesmo foi remunerado pela utilização da obra de sua propriedade intelectual", afirmou à Justiça o advogado Chrystian Sobania Wowk, que o representa.

A deputada bolsonarista se defendeu no processo afirmando que Leone havia cedido a fotografia para um banco de imagem, e que, por isso, não teria o direito de reclamar pela falta de pagamento.

"Eventual violação ao **direito** autoral atenta contra as garantias fundamentais deste terceiro [a empresa

proprietária do banco de imagens), e não mais do criador", afirmou a deputada à Justiça.

Carla Zambelli na Câmara dos Deputados - Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Disse também que a imagem havia sido amplamente divulgada na **internet**, "sem qualquer restrição, controle ou menção de créditos, o que afasta a violação de **direitos** autorais".

A deputada declarou ainda que a imagem tinha "claro caráter público".

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo não concordaram com a argumentação, condenando a deputada por danos materiais e morais.

"A deputada alegou, mas não comprovou que ele cedeu os **direitos** autorais da obra fotográfica", afirmou na decisão a desembargadora Fernanda Deporte, relatora do processo.

Os valores da condenação ainda serão acrescidos de juros e correção monetária

A decisão foi publicada no dia 23 de janeiro.

Zambelli ainda pode recorrer.

Anvisa faz alerta sobre medicamentos falsificados para botox

O comunicado foi divulgado no site da **Anvisa** (**Agência** Nacional de Vigilância Sanitária) hoje e alerta para casos de **falsificação** dos medicamentos Botox 100U (toxina botulínica A), lote C7654C3F, e Dysport 300U (toxina botulínica A), lote L25049.

A toxina botulínica é famosa pelo uso em procedimentos estéticos, contra o aparecimento de linhas de expressão no rosto, como as rugas. Mas ela também tem outras aplicações médicas menos conhecidas, como o uso em tratamentos neurológicos.

Relacionadas Janja e ministras de Lula recebem Xuxa para ser embaixadora de vacinação CTNBio aprova biossegurança de vacina contra a dengue **Anvisa** alerta contra 'vape de vitaminas'

Algumas diferenças entre original e falso no Botox:

O medicamento original possui um selo acima do aviso "venda sob prescrição médica" na embalagem, que não está presente no produto falsificado; No produto original há um número do material de embalagem da tampa, que está ausente no produto falsificado; Na bula, há um asterisco após o termo "toxina botulínica A" no produto falsificado, que não existe no produto original; Na embalagem original não há impressão do número do lote na tampa do frasco.

Como há unidades originais entre as unidades falsificadas do mesmo lote, a **Anvisa** recomenda contatar a empresa Allergan Produtos Farmacêuticos, responsável pelo medicamento, caso haja dúvidas se o produto é original.

Foi publicada medida preventiva no Diário Oficial da União na quarta-feira (1), que determina a apreensão e a proibição da comercialização, distribuição e uso do produto falsificado.

Dysport

No caso do medicamento Dysport, não existem unidades originais com o lote 25049, que seria válido até outubro deste ano.

Também foi publicada medida preventiva no Diário Oficial da União, na quarta, que determina a apreensão e a proibição da comercialização, distribuição e uso do produto falsificado.

A **Anvisa** pede que, caso profissionais de saúde e pacientes identifiquem os produtos falsificados, a orientação é não fazer uso do medicamento e imediatamente notificar a agência, por meio dos seus canais de atendimento.

Prefeitura do Rio tem interesse em adquirir prédio do Edifício A Noite

O Edifício A Noite, referência na arquitetura brasileira, pode um novo proprietário: a Prefeitura do Rio. O prédio está fechado há anos e já passou por leilões, mas não houve interessados. Nessa -feira (01), o prefeito Eduardo Paes formalizou interesse em aquisição do imóvel ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no valor de R\$ 29,8 milhões. O Ministério disse que a proposta será analisada.

Construído na década de 1920, o Edifício A Noite era o maior prédio da América do Sul na época de sua inauguração. O título "A Noite" é uma referência ao jornal homônimo sediado no local. O imóvel também abrigou o **Instituto** Nacional de Propriedade In-

dustrial, o **Inpi**, consulados, e a Rádio Nacional, da Empresa Brasil de Comunicação.

Pelos corredores do local circularam alguns dos principais nomes da cultura brasileira, na fase de ouro da rádio, entre as décadas de 1940 e 1950.

Tombado em nível federal, o monumento também é protegido pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.

O prédio está localizado na região portuária do Rio, considerada ponto estratégico na cidade, por estar em processo de revitalização e construção de diversos empreendimentos imobiliários.

Compositores recebem R\$ 1,2 bilhão de direitos autorais, 35% a mais do que no ano anterior

A conta é do Ecad Embalado pelo início da retomada das atividades presenciais no Brasil, o ano de 2022 marcou o retorno da indústria musical e de shows e eventos que foram prejudicados pela pandemia. Mais de 316 mil compositores e artistas foram contemplados com rendimentos em **direitos** autorais de

execução pública no ano passado, de acordo com o Ecad. A distribuição total foi de R\$ 1,2 bilhão - um crescimento de mais de 35% em comparação com o que foi distribuído em 2021.

Por Ancelmo Gois

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 6

Pirataria

4

Marco regulatório | INPI

5